

Título da palestra: PESCA NO PANTANAL: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS

Autor: Agostinho Carlos Catella

Mesa Redonda: Nova Visão do Manejo Pesqueiro: experiências e perspectivas

Dia: 7/12/2011

X Reunião Científica do Instituto de Pesca, São Paulo, 7 a 8/12/11

Resumo

A pesca é uma atividade tradicional e de grande importância social e econômica no Pantanal, realizada nas modalidades de subsistência, profissional-artesanal e amadora (ou esportiva). A pesca de subsistência contribui para o suprimento de proteína e para o lazer das populações ribeirinhas. A pesca profissional é exercida de forma artesanal em pequena escala. O pescado é comercializado fresco ou congelado para consumo humano, sobretudo na região. Os pescadores profissionais e os ribeirinhos são detentores de um grande conhecimento, acumulado ao longo de muitas gerações, sobre a ecologia da região. A captura de iscas vivas tornou-se uma importante alternativa de renda, para atender à demanda do setor turístico pesqueiro. Um total de 10,3 mil pescadores profissionais foi registrado na Bacia do Alto Paraguai pelo Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA até 2008, sendo 6,7 mil em Mato Grosso e 3,6 mil em Mato Grosso do Sul. Contudo, o número efetivamente em atividade é menor, pois muitos se registraram apenas para receber os benefícios. Em sua maioria, os pescadores amadores são oriundos das regiões Sudeste e Sul, dirigindo-se principalmente para o Mato Grosso do Sul, onde foram registrados cerca de 15 mil nos últimos anos. Adquirem serviços de transporte, alimentação e hospedagem junto às agências do setor turístico pesqueiro regional, incluindo serviços de luxo em barcos-hotéis. Essas agências estão agremiadas em fortes associações, sobretudo no Mato Grosso do Sul. Embora a fauna de peixes seja diversa, a pesca concentra-se sobre poucas espécies. Em sua maioria, sobre espécies de topo de cadeia, que alcançam os melhores preços para comercialização e representam um troféu para os amadores. O perfil da pesca na região foi se modificando ao longo dos anos. A partir de meados da década de 1980, paulatinamente, ocorreu a retração da pesca profissional, que perdeu poder de pesca e espaço político para o emergente setor turístico pesqueiro, com maior organização e disponibilidade de recursos, o qual se expandiu para atender a um número crescente de pescadores amadores. Foi proibido o uso de redes e tarrafas, o anzol passou a ser o único aparelho de pesca permitido, reduzindo a captura e gerando um forte impacto econômico e social para o setor da pesca

profissional. Desse modo, os principais conflitos estão relacionados aos diferentes interesses da pesca profissional e amadora. Aos pescadores profissionais interessa maior produção em peso e aos pescadores amadores a captura de grandes exemplares. As agências do setor turístico pesqueiro assumiram a defesa dos interesses dos pescadores amadores, seus clientes na região, e pressionaram os gestores para reduzir o esforço de captura da pesca profissional. A variação da produção pesqueira depende fortemente de fatores extrínsecos ao manejo. O pulso de inundação anual é o principal fator natural que condiciona a produção de peixes do Pantanal. Entretanto, ocorre variabilidade plurianual com alternância de anos muito chuvosos e outros relativamente secos, o que se reflete na produção natural dos estoques e, conseqüentemente, na quantidade de peixes disponíveis para a pesca. Os fatores antrópicos e independentes do manejo, que implicam perda de qualidade ambiental e prejuízo de processos ecológicos, podem reduzir a produção dos estoques, mimetizando os efeitos de sobrepesca. A maioria dos problemas ambientais é decorrente das atividades humanas realizadas nas regiões mais altas da Bacia. Nas duas últimas décadas, com o desenvolvimento desordenado da região, intensificou-se a ação de fatores como: (1) erosão dos solos e assoreamento dos rios; (2) barramento dos rios pela construção de represas hidrelétricas; (3) desenvolvimento urbano com aumento da descarga de dejetos domésticos e industriais e remoção de matas ciliares; (4) contaminações dos rios por herbicidas e inseticidas; (5) introdução de espécies exóticas de peixes e moluscos; (6) mineração do ouro com transformação da paisagem e contaminação ambiental por mercúrio; (7) aumento do tráfego de grandes comboios de barcas, que causam desmoronamento dos diques marginais e das matas ciliares nas manobras. Além disso, o Projeto da Hidrovia Paraguai-Paraná ainda persiste e propõe obras de engenharia e modificações no leito do rio Paraguai. Atualmente, há cerca de 44 barragens em operação para produção de energia hidrelétrica instaladas na transição planalto-planície. Este número poderá chegar a 116, se forem implantados todos os projetos previstos, a maioria de Pequenas Centrais Hidrelétricas. As estatísticas pesqueiras constituem uma importante ferramenta para a gestão, mas não estão disponíveis de forma regular em toda a região. O Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul (SCPESCA/MS) foi implantado em 1994 e até 2008 foram efetuados entre 4 mil e 17 mil registros por ano dos dados de pescarias profissionais, amadoras e comércio de pescado. Estatísticas anuais são publicadas em boletins disponibilizados online (<http://www.cpap.embrapa.br/publicacoes/index.php>). O Sistema de Controle e Monitoramento da Pesca de Mato Grosso (SISCOMP/MT) foi implantado em 2006, mas

encontra-se ainda em fase de consolidação. Como alternativa para o desenvolvimento da pesca, no curto prazo, é importante distribuir o esforço de pesca sobre um maior número de espécies e utilizar aquelas abundantes e subexploradas como, por exemplo, o curimatá (*Prochilodus lineatus*). É preciso agregar valor ao pescado, desenvolvendo-se as cadeias produtivas do pescado e do couro de peixe. É estratégico criar um programa para certificação do “pescado do Pantanal” e estimular a cooperação entre os setores da pesca. O momento se configura como uma oportunidade para desenvolver, de modo participativo, uma política clara para a pesca na região, que contemple os interesses dos diferentes setores da pesca e promova um melhor retorno econômico, social e ecológico da atividade. A partir de então, forma-se uma base para articular com os demais setores da sociedade a busca de um modelo de desenvolvimento e ocupação do solo compatíveis com a conservação dos ambientes aquáticos, dos processos ecológicos e, conseqüentemente, dos recursos pesqueiros.